

A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas ***Research on immigration and ethnicity in Portugal: trends, gaps and suggestions***

Fernando Luís Machado* e Joana Azevedo**

Resumo Este texto faz um balanço geral da produção científica sobre imigração e etnicidade em Portugal entre 2000 e 2008, identifica vazios e sugere linhas de investigação futuras. Aborda sucessivamente os seguintes pontos: quanto se estuda, porque se estuda tanto e quando se estuda? O que se estuda, em termos de temas e grupos? Quem estuda o quê? Como se estuda? O que não se estuda, devia estudar e porquê?

Palavras-chave agendas de investigação, imigração, etnicidade, Portugal

Abstract The present text provides a general overview of academic work in the field of immigration and ethnicity in Portugal between 2000 and 2008. It identifies gaps and suggests future lines of research. It addresses the following points: How much has been studied, why has so much been studied and when has it been studied? What has been studied, in terms of themes and groups? Who is studying what, and how? What has not been addressed? What should be studied and why?

Keywords research agendas, immigration, ethnicity, Portugal

* Sociólogo, Departamento de Sociologia do ISCTE e CIES-ISCTE / Sociologist at the Department of Sociology of the ISCTE and at CIES-ISCTE

** Socióloga do CIES-ISCTE / Sociologist at CIES-ISCTE

■ A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas

Fernando Luís Machado e Joana Azevedo

Introdução: porquê e como fazer este balanço?

Este texto faz um balanço geral da produção científica sobre imigração e etnicidade em Portugal entre 2000 e 2008, identifica vazios e propõe novos temas de investigação. Englobámos nessa produção dois corpos distintos de trabalhos: os estudos sobre imigração, imigrantes e questões de etnicidade a eles associadas e os estudos sobre ciganos.

Para fazer este balanço colocámo-nos na perspectiva da formação das agendas de investigação científica. Sabe-se que o conteúdo dessas agendas não é aleatório e evolui no tempo. Aplicar o conceito de agenda neste caso, no mesmo sentido em que nas ciências da comunicação se fala de *agenda setting*, tem desde logo a vantagem de pôr em evidência que há temas que são investigados e outros que não são. Por definição, uma agenda é uma selecção. Pode ser muito ampla e diversificada, mas é sempre uma selecção.

A construção de uma agenda científica, neste caso sobre imigração e etnicidade em Portugal, é um processo social, condicionado por factores internos e externos ao campo científico.

Entre os factores internos estão os recursos teóricos, metodológicos e empíricos mobilizáveis para o estudo do tema; a existência de condições institucionais favoráveis, como centros de pesquisa especializados, linhas de investigação específicas em centros de vocação mais geral ou programas de formação universitária avançada; ou ainda os contactos com investigadores de referência de outros países e a influência por eles exercida sobre os investigadores nacionais.

Os factores externos têm a ver, essencialmente, com a procura social de investigação sobre o tema em causa, venha ela da população em geral ou das instituições políticas, económicas, sociais e culturais; e muito particularmente com a existência de financiamentos, públicos ou privados, para que a pesquisa se possa fazer em moldes profissionais.

Como processo social que é, a construção de agendas científicas pode ser estudada com os instrumentos das ciências sociais, e da sociologia em particular, que tem, de resto, na sociologia da ciência, uma das suas mais prestigiadas subdisciplinas.

Este texto não é, porém, um estudo de sociologia da ciência. É apenas uma aproximação geral ao domínio da imigração e etnicidade feita nesse “espírito” e com a convicção de que estudar as agendas dos que estudam este tema é contribuir positivamente para que essas agendas se tornem mais reflexivas e esclarecidas.

Para esse fim utilizou-se como material empírico um levantamento bibliográfico do que foi produzido neste domínio sobre Portugal, entre 2000 e 2008, levantamento efectuado a pedido da Fundação Calouste Gulbenkian.¹ Recolheu-se todas as referências que se conseguiu identificar, quer as produzidas dentro do campo científico propriamente dito, como as publicações resultantes de projectos de investigação e as teses de mestrado e doutoramento, quer as produzidas fora dele, em instituições governativas centrais e locais, organizações internacionais, organizações não-governamentais, fundações e outras.

A inexistência de um levantamento semelhante para o período anterior a 2000 não permite abarcar nesta análise toda a produção científica disponível, que nos anos 90 já tivera um desenvolvimento significativo, depois de publicado o primeiro trabalho sobre imigrantes, em 1989.² Mas é seguro afirmar que a maior parte dos trabalhos científicos sobre imigração e etnicidade foi realizada já na presente década.

Nas páginas que se seguem aborda-se sucessivamente os seguintes pontos: quanto se estuda, porque se estuda tanto e quando se estuda?; o que se estuda, em termos de temas e grupos?; quem estuda o quê?; como se estuda?; o que não se estuda, devia estudar e porquê? Terminamos com propostas de temas a estudar no futuro, contribuindo, desse modo, para a definição da agenda de investigação científica nesta área.

Quanto se estuda, porque se estuda tanto e quando se estuda?

As 836 referências recenseadas pela bibliografia citada constituem em si mesmo um fenómeno singular. Mesmo sem elementos comparativos para outros temas abordados pelas ciências sociais, podemos dizer que não haverá muitos outros casos em que uma tão vasta produção tenha sido gerada. Trata-se de quase cem novos estudos em cada ano, de quase dois novos estudos por semana.

Nesta mobilização colectiva das ciências sociais estiveram envolvidas centenas de autores de todos os campos disciplinares, do direito às ciências da saúde, passando pela antropologia, ciência política, ciências da comunicação, ciências da educação, demografia, geografia humana, linguística, psicologia social, sociologia.

Esses investigadores pertencem a todas as universidades e a dezenas de centros de investigação em Portugal, além daqueles, portugueses ou estrangeiros,

que estudam o tema para o caso português a partir de universidades e centros de investigação no estrangeiro. Encontram-se também em organismos públicos, ONG, fundações, associações de imigrantes e outras associações. E produzem todo o tipo de trabalhos. Dando apenas alguns exemplos, contam-se nesse levantamento bibliográfico 219 artigos de revistas científicas, 151 livros científicos, 125 capítulos de livros científicos, 85 teses de mestrado e 23 teses de doutoramento (contando apenas as não publicadas) e 75 documentos institucionais.

E não são só os sujeitos da investigação que estão em todas as partes do país. Os objectos de investigação também o estão, e esse é um aspecto que deve ser destacado. A imigração e etnicidade é seguramente dos temas em que mais encontramos os cientistas sociais que fazem pesquisa de terreno, nomeadamente sociólogos e antropólogos, a trabalhar fora dos grandes aglomerados urbanos, especialmente fora da Área Metropolitana de Lisboa.

Caracterizado em traços largos o quanto se estuda, fica a pergunta: porque se estuda tanto? Vários factores, que se alimentam entre si, contribuem para este resultado. Salientamos quatro.

Primeiro, uma interrogação cultural geral sobre quem é o “outro” entre nós. Depois de séculos de homogeneidade cultural, a imigração trouxe a Portugal centenas de milhares de pessoas culturalmente diferenciadas, a vários níveis e graus, da população autóctone. Portugal passou a ser, também deste ponto de vista, uma sociedade mais plural, o que constitui novidade e desperta a atenção da sociedade em geral e dos estudiosos do social, em particular.

A curiosidade pelo “outro” externo parece ter gerado também, por simpatia, mais curiosidade pelo “outro” interno, os ciganos, até aí largamente ignorados pelos investigadores das ciências sociais. De facto, o aumento do número de estudos sobre ciganos, estudos que vieram a tornar-se frequentes, coincide no tempo com o arranque da investigação sobre imigração e imigrantes.

Segundo, uma preocupação política, nacional e europeia, com a gestão dos fluxos de imigração e dos processos de integração dos imigrantes. A imigração e os imigrantes constituem-se desde a primeira hora, de modo explícito ou implícito, como uma questão política. Suscitam, da parte do Estado receptor, políticas de regulação de fluxos e de integração de pessoas, pessoas que, por sua vez, se tornam, individual e colectivamente, novos sujeitos políticos, mais ou menos activos.

Terceiro, um estímulo institucional para o estudo do tema, que é a tradução do factor cultural e do factor político acabados de referir. Várias instituições mobilizam-se e surgem programas e financiamentos específicos para fazer pesquisa social sobre a imigração, os imigrantes e as questões de etnicidade a eles associadas.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia abre concursos específicos, o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) e o Observatório da Imigração patrocinam em regime permanente pesquisas aplicadas e o mesmo fazem algumas instituições privadas de grande relevância, como a Fundação Calouste Gulbenkian. Em muitos departamentos e instituições públicas, dos mais variados domínios, da educação à saúde, da segurança à cultura, fazem-se relatórios e solicitam-se estudos.

Estas instituições promovem também, regularmente, encontros, conferências e outros eventos, além dos que acontecem dentro das universidades, que dão grande visibilidade ao tema e estimulam a procura de conhecimentos sobre ele.

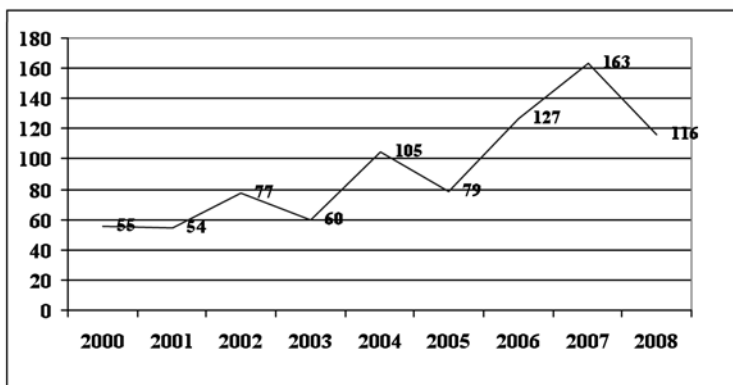
O quarto factor é a atenção científica intensa dada, desde o início, à imigração e aos imigrantes e, por arrastamento, aos ciganos. É uma atenção em parte autogerada no campo científico, em parte empurrada pelas razões culturais, políticas e institucionais referidas. A novidade do tema, em si própria, ajusta-se às estratégias de distinção que muitos investigadores perseguem, procurando objectos nunca antes estudados pelos seus pares. Se ao novo se junta o diferente, o “exótico”, seja ele percebido nos imigrantes recém-chegados ou nos ciganos de presença secular, tanto melhor, o tema torna-se ainda mais atraente. Hoje o assunto já não é novidade, mas tornou-se moda e o efeito de imitação, isto é, ser atraído para estudar o que muitos outros estudam, parece longe de esgotado.

Cada um destes quatro factores, isoladamente considerado, é suficiente para alimentar o interesse pelo estudo da imigração e etnicidade. A sua combinação, em várias modalidades, maximiza esse interesse. Não se vê, por exemplo, que o tema venha a sair da agenda política a curto ou médio prazo. Nessa medida, independentemente de factores culturais e científicos, haverá sempre procura político-institucional de novos estudos.

E como evoluem quantitativamente, no período em análise, as pesquisas realizadas? A Figura 1 responde a esta questão, mostrando que o sentido geral é de crescimento sustentado. Nos dois primeiros anos foram realizados menos de 60 estudos/ano, ao passo que nos três últimos esse número fica bem acima dos 100. Quase metade dos estudos recenseados (49%) foi publicada entre 2006 e 2008.

Mas o crescimento do número de estudos não é linear. Anos de produção maior alternam com anos de produção menor e 2008, o último em análise, é um desses anos de quebra, depois de 2007 ter registado o valor máximo da série com 162 trabalhos publicados.³

**Figura 1 - Investigação sobre imigração e etnicidade (2000-2008):
Número de estudos por ano**



Não é de crer que se trate de uma inversão de tendência. Em anos anteriores houve quebras seguidas de recuperações e isso pode voltar a acontecer; por outro lado, há referências de 2008 que terão ficado por recensear, justamente por ser o ano mais próximo da data de conclusão da recolha. É o caso, por exemplo, das teses de mestrado e doutoramento que só tenham sido tornadas públicas em 2009, já depois de fechado o levantamento bibliográfico.

O que se estuda?

Fizemos a identificação e análise do conteúdo desta abundante produção científica a dois níveis: temas e grupos estudados. Categorizámos os temas de acordo com subespecializações intra e interdisciplinares correntes internacionalmente nos estudos sociais sobre migrações e etnicidade. Quanto aos grupos tomados como objecto de investigação, justifica-se considerá-los porque os migrantes tendem a agregar-se em populações diferenciadas, em termos de origem nacional, etnicidade, perfis socioprofissionais, entre outras propriedades.

Não significa que não tenhamos que ser cautelosos em relação a essa categorização grupal. Ela pode ocultar não só diferenciações internas, como processos de assimilação e individualização dos imigrantes, em que a própria pertença a uma determinada população "de origem" deixa de ser sociologicamente relevante. Este é um ponto a que voltaremos a propósito da utilização indiscriminada do conceito de comunidade para designar os imigrantes.

Temas

No Quadro 1 estão patentes os dez temas mais estudados no período em análise e o respectivo peso percentual no total de estudos realizados.

O que se vê? Há cinco que se destacam por englobarem mais de 80 estudos cada, representando cada um mais de 10% do total dos trabalhos publicados. Dito de outra forma, esses cinco temas – “políticas”, “mercado de trabalho”, “retratos de populações”, “coexistência e representações interétnicas”, “fluxos migratórios” – cobrem mais de metade das 836 referências recenseadas.

Num nível intermédio aparece o tema da “educação” e no fim da lista, mas com três ou quatro dezenas de estudos em cada caso, os temas “descendentes de imigrantes”, “identidades e práticas culturais”, “saúde e doença” e “mulheres e relações de género”.

Nas sociedades de acolhimento, um dos primeiros e mais imediatos parâmetros de percepção das migrações, em termos públicos e científicos, é o parâmetro político. Que resposta terá o Estado de dar ao novo fenómeno, seja no plano da regulação dos fluxos, seja no plano dos processos de integração? Como se constituem e organizam os imigrantes enquanto sujeitos políticos?

Quadro 1 - Investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal (2000-2008): os dez temas mais estudados

Temas	Número de estudos	%
Políticas, regulações jurídicas, cidadania	119	14,2
Mercado de trabalho e comportamentos económicos	91	10,9
Retratos de populações migrantes e minorias étnicas	89	10,6
Coexistência e representações interétnicas; racismo	88	10,5
Sistemas e fluxos migratórios	88	10,5
Escola, qualificações escolares, educação	71	8,5
Descendentes de imigrantes	47	5,6
Identidades e práticas culturais	47	5,6
Saúde e doença	45	5,4
Mulheres e relações de género	38	4,5

A preocupação das autoridades públicas com a gestão da imigração, que atrás identificámos como um dos factores que faz com que ela seja tão estudada, faz com que se estude mais do que quaisquer outros os temas políticos, desde as regulações jurídicas e os programas e medidas governativas até às dinâmicas associativas dos imigrantes.

O tema do mercado de trabalho corresponde a outro aspecto central da experiência dos imigrantes. Tratando-se de migrantes laborais, muitos deles ainda na primeira fase do ciclo migratório, ou seja, com um tempo de residência ainda curto, dir-se-ia até que é o mais importante domínio da sua vida, aquele que mais organiza as suas relações sociais e a sua subjectividade. Além dos que abordam o trabalho assalariado, largamente dominante entre os imigrantes, há também um número razoável de estudos dedicados às iniciativas empresariais e ao trabalho por conta própria, protagonizados sobretudo por imigrantes de origem asiática.

Os textos que fazem retratos genéricos e multitemáticos das várias populações migrantes, seja a nível nacional seja a nível local, são esperáveis quando a imigração é recente, como é o caso em Portugal. Antes e em vez da focagem em aspectos específicos dos grupos de imigrantes ou em dimensões particulares da imigração, há a preocupação de conhecer de forma genérica as características básicas das populações em presença.

Na medida em que essas características básicas passem a estar identificadas, estes trabalhos tendem a diminuir com o tempo. Mas podem surgir novos grupos de migrantes a “pedirem” o seu retrato ou podem ser necessárias actualizações de retratos se se alterarem as características dos grupos presentes, seja devido aos efeitos dos seus trajectos na sociedade de acolhimento, seja porque chegam novos contingentes de pessoas do mesmo grupo.

Do mesmo modo, os trabalhos sobre fluxos migratórios são mais frequentes nos primeiros tempos da imigração. É nessa altura que se procura conhecer as características desses fluxos, como a origem, volume, composição, calendário e trajectos, e se faz isso para as diferentes populações estrangeiras. Embora tendam a tornar-se menos comuns com o tempo, estes estudos incidem sobre um objecto que mantém a sua relevância na medida em que a imigração continue activa e se sucedam novas entradas ou porque surgem novos fenómenos de mobilidade, como é o caso do transnacionalismo e dos transmigrantes, que têm suscitado investigação nos últimos anos.

Por fim, o quinto tema dos cinco mais estudados, “coexistência e representações interétnicas e racismo”, é uma tradução científica directa da interrogação cultural sobre o “outro” a que aludimos antes. Por isso se estuda, em diferentes esca-

las, contextos e grupos, o modo como os imigrantes são mentalmente percebidos e culturalmente representados pelos autóctones, as sociabilidades que estabelecem entre si, bem como o racismo, em termos de preconceito e de práticas de discriminação. O mesmo é feito relativamente aos ciganos.

O tema da “educação”, embora menos do que os anteriores, também atrai a atenção de muitos investigadores, tendo-se realizado 71 estudos. A grande maioria toma como objecto a situação dos descendentes de imigrantes e das crianças ciganas no sistema de ensino e as questões que a sua presença coloca às práticas educativas.

Tanto quanto os temas mais estudados o fazem, também os temas menos estudados revelam a orientação seguida pelas agendas de investigação (Quadro 2). É com surpresa que verificamos que entre os temas menos estudados estão a “família e dinâmicas familiares” (apenas 9 trabalhos em 836) e a “pobreza e exclusão social”.

Quadro 2 - Investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal (2000-2008): os temas menos estudados

Temas	Número de estudos	%
Identities e práticas religiosas	33	4,0
Mediatização e representações mediáticas	28	3,3
Dinâmicas espaciais e territoriais	16	1,9
Delinquência e criminalidade	15	1,8
Pobreza e exclusão social	12	1,4
Família e dinâmicas familiares	9	1,1

No primeiro caso porque a instituição familiar e as suas transformações têm sido objecto recorrente de pesquisa em ciências sociais, em especial na sociologia. A sociologia da família é um dos domínios de investigação mais activos e persistentes em Portugal. Surpreende também porque entre as populações imigrantes encontram-se modelos de organização familiar distintos e porque as suas dinâmicas de fecundidade e natalidade têm impactos demográficos relevantes.

No segundo caso, porque as populações migrantes e os ciganos, em particular, são categorias especialmente vulneráveis, seja do ponto de vista das condições socioeconómicas, seja do ponto de vista dos laços sociais com a população maioritária.

Uma nota também para as pesquisas sobre “delinquência e criminalidade”, um tópico que surge associado, em certos sectores da opinião pública e dos *media*,

a uma percepção negativa dos imigrantes. O tema da criminalidade é a pedra de toque da construção simbólica dos imigrantes como problema social e ameaça. Embora sejam poucos, os estudos realizados têm demonstrado que essa percepção carece de fundamento empírico. Primeiro, porque apenas segmentos minoritários das populações imigrantes e cigana estão envolvidos em práticas desse tipo; segundo, porque, para condições sociais iguais, as taxas de criminalidade (e de população prisional) são semelhantes às dos portugueses em geral.

As agendas de investigação são processos abertos e, por isso, podem mudar ao longo do tempo. Neste caso, é assim que acontece. A intensidade com que alguns temas são estudados aumenta nos últimos três anos do período em análise, aqueles em que, recorde-se, foi publicada quase metade de todos os estudos realizados.

Não se registando alterações de fundo na ordenação geral dos temas – os cinco primeiros mantêm-se – verifica-se que, entre 2006 e 2008, alguns deles receberam atenção especial, tendo sido mais estudados do que a média (Quadro 3).

Quadro 3 - Investigação sobre imigração e etnicidade (2000-2008): temas mais estudados do que a média entre 2006 e 2008

Temas	%
Saúde e doença	69
Mediatização e representações mediáticas	64
Mercado de trabalho e comportamentos económicos	62
Identities e práticas religiosas	55
Mulheres e relações de género	55
Políticas, regulações jurídicas, cidadania	51
Identities e práticas culturais	51
Todos os temas [média]	49

Foi assim, sobretudo, com a “saúde e doença”, apenas nono na lista dos dez mais, e a “mediatização e representações mediáticas”, que não aparece nessa lista. Nesses três anos foram publicados, respectivamente, 69% e 64% dos trabalhos dedicados a esses temas, valores bem acima da percentagem global dos estudos realizados nesse período, que foi de 49%. Outros temas nas últimas posições da ordenação geral foram também mais estudados do que a média entre 2006 e 2008: é o caso de “identidades e práticas religiosas” e “mulheres e relações de género”.

Parecem prefigurar-se, portanto, mudanças na agenda de investigação sobre imigração e etnicidade, que só os próximos anos poderão confirmar. A confirmarem-se, serão, contudo, mudanças parciais. Os dois primeiros temas da lista dos dez mais estudados – “política” e “mercado de trabalho” –, especialmente o segundo, foram também mais estudados do que a média entre 2006 e 2008, o que sugere que se manterão como assuntos incontornáveis para os investigadores no futuro.

Grupos

Para sabermos o que se estudou durante estes nove anos no domínio da imigração e etnicidade em Portugal interessa conhecer, além dos temas abordados, os grupos que foram constituídos como objecto de investigação. Será que todas as populações imigrantes despertaram a mesma atenção? Houve alguns grupos em destaque? Que atenção foi dada à população cigana, em particular?

Encontramos respostas para estas perguntas no Quadro 4. Na lista dos dez mais estudados aparece em primeiro lugar, destacado de todos os restantes, não um grupo específico, mas uma categoria genérica, os “imigrantes em geral”. Perto de metade dos estudos realizados (44%) tomou como objecto, portanto, o *stock* dos imigrantes residentes em Portugal na sua totalidade.

Uma razão forte para que assim seja é que alguns dos temas mais estudados são, quase por definição, multi-grupo. É tipicamente o caso dos estudos que se debruçam sobre as políticas de imigração, o mais estudado de todos os temas. Na medida em que essas políticas têm quase sempre uma vocação universal, aplicando-se por igual a todos os imigrantes, sem quaisquer especificações para este ou aquele grupo em particular, torna-se analiticamente irrelevante para os estudos que as tomam por objecto particularizar grupos.

O mesmo raciocínio aplica-se, até certo ponto, aos estudos sobre mercado de trabalho e comportamentos económicos, o segundo tema mais pesquisado. Embora os imigrantes sejam mais heterogéneos no mercado de trabalho do que perante as leis e as políticas, não deixa de ser verdade que a grande maioria deles ocupa posições semelhantes nos segmentos mais desqualificados desse mercado, razão pela qual muitos estudos sobre o tema também não particularizam grupos.

**Quadro 4 - Investigação sobre imigração e etnicidade (2000-2008):
os dez grupos mais estudados**

Grupos	Número de estudos	%
Imigrantes em geral	367	44%
Descendentes de imigrantes	120	14%
Ciganos	99	12%
Brasileiros	64	8%
Cabo-verdianos	47	6%
Imigrantes de Leste	25	3%
Chineses	25	3%
Indianos hindus	21	3%
Guineenses	19	2%
Imigrantes dos PALOP	18	2%

Este mesmo raciocínio vale ainda para parte das pesquisas sobre fluxos migratórios e sobre coexistência e representações interétnicas e racismo. No pólo oposto, isto é, aquele em que frequentemente se focam grupos de imigrantes específicos, estão, por definição, os trabalhos que fazem o retrato de populações migrantes, e muitos estudos dedicados às identidades e práticas culturais e às identidades e práticas religiosas.

Os descendentes de imigrantes constituem o primeiro grupo particular da lista dos dez mais. Foram-lhes dedicados 120 estudos, seguindo-se os ciganos, com 99 estudos. Num nível abaixo aparecem os brasileiros (64) e os caboverdianos (47). Na segunda metade da tabela estão “imigrantes de Leste”, chineses, indianos hindus, guineenses e “imigrantes dos PALOP”.

Três comentários sobre esta ordenação e os grupos que a compõem.

Primeiro, há uma grande diferença nos níveis da atenção dada aos vários grupos. Entre o número de estudos consagrados ao primeiro grupo concreto da lista, os descendentes de imigrantes, e aqueles que foram dedicados ao último, os “imigrantes dos PALOP” – e estamos a falar de uma lista só com os dez mais e não de uma ordenação exaustiva –, há uma enorme diferença, da ordem de 7 para 1. Certos grupos, e aos descendentes de imigrantes podemos aqui juntar os ciganos, quase monopolizam a atenção dos investigadores.

Segundo, há grupos que “não existem” enquanto tal e mesmo assim são estudados. O caso paradigmático é dos chamados imigrantes de Leste. Eles não constituem uma categoria homogênea, mas antes várias populações claramente diferenciadas, em termos de origem nacional e não só e, no entanto, o senso comum e os discursos midiáticos categorizaram-nos como tal, equívoco que se estendeu, como se vê, à própria agenda da investigação científica.

Terceiro, ao contrário da situação anterior, há grupos que existem – alguns dos quais até esperaríamos que integrassem a lista dos dez mais – e que são pouco ou nada estudados. Não é difícil descobrir algumas dessas ausências no Quadro 4. Mas esse é um ponto a que voltaremos adiante, a propósito do que não se estuda e podia ou devia estudar.

Do mesmo modo que os vários temas não recebem sempre a mesma atenção ao longo do período em análise, passando alguns a ser mais estudados na parte final desse período, também com os grupos é assim. Se isolarmos os anos de 2006 a 2008, vemos que alguns são claramente mais estudados do que a média e outros claramente menos (Quadro 5).

Quadro 5 - Investigação sobre imigração e etnicidade (2000-2008): grupos mais e menos estudados do que a média, entre 2006 e 2008

Grupos	%
Brasileiros	75
Guineenses	63
“Imigrantes dos PALOP”	56
Cabo-verdianos	51
Todos os grupos (média)	49
Imigrantes em geral	48
Descendentes de imigrantes	46
Chineses	44
“Imigrantes de Leste”	44
Indianos hindus	38
Ciganos	33

Entre os que estiveram sob observação analítica crescente nesses anos – o que não implica necessariamente que a sua posição na ordenação geral tenha mudado –, destacam-se os brasileiros. Três quartos dos estudos feitos sobre eles

(valor que fica 26 pontos acima da média) foram publicados nesses três anos. Bem acima da média aparecem também os guineenses (63%).

Em posição oposta estão, não sem surpresa, os dois grupos que encabeçam a lista geral: os ciganos, com 16 pontos abaixo da média, o que significa que perderam notoriedade como objecto de investigação, e os descendentes de imigrantes, estes só 3 pontos abaixo da média. Tal como acontece com os temas, também do lado dos grupos podemos dizer que a agenda de investigação sobre imigração e etnicidade parece estar em processo de recomposição.

Quem estuda o quê?

Já dissemos que os estudos sobre imigração e etnicidade têm mobilizado, ao longo da década que agora termina, todas as disciplinas das ciências sociais e a generalidade das universidades e centros de investigação do país, bem como outras instituições, quer da esfera governativa quer da sociedade civil.

Olhando mais de perto para o muito que foi escrito podemos ver que as centenas de estudiosos que se movimentam neste domínio, alguns há muito tempo, outros em anos mais recentes, não se dedicam indiferenciadamente aos mesmos temas. Formam-se certos padrões, que vale a pena identificar. Esses padrões têm a ver, sobretudo, com combinações particulares de disciplinas e temas. Dito de outra forma, são padrões decorrentes de especializações disciplinares, que remetem, por sua vez, para a divisão geral do trabalho científico.

Assim, é fácil de ver que quase todas as disciplinas das ciências sociais se dedicam preferencialmente a determinados temas. Os geógrafos estudam sobretudo as dinâmicas espaciais e territoriais, incluindo os fluxos migratórios; os juristas estudam as regulações legais da imigração; os cientistas da comunicação estudam a mediatização e as representações mediáticas; os psicólogos sociais estudam as representações interétnicas e o preconceito racial; os cientistas da educação estudam a presença dos descendentes de imigrantes na escola e as respostas educativas que ela lhes dá; os antropólogos estudam, mais do que quaisquer outros, as identidades e práticas culturais, bem como as identidades e práticas religiosas; os cientistas da saúde estudam a saúde e a doença; os economistas estudam as modalidades de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho; os cientistas políticos estudam a regulação política da imigração e as questões de cidadania.

É claro que há algumas variações na amplitude temática das disciplinas. Se algumas têm agendas essencialmente unitema, como é o caso das ciências da comunicação, das ciências da educação ou do direito, que se cingem, respectivamente,

aos *media*, à escola e às leis, outras alargam um pouco mais os seus campos de pesquisa, sem deixarem de ter objectos privilegiados. Assim, os antropólogos, além de estudarem as identidades culturais e religiosas, também se interessam pelo racismo, pelas relações de género, ou pela saúde e doença; e os psicólogos sociais, além de estudarem representações interétnicas e formas de racismo, também investigam as identidades dos migrantes.

A única disciplina que foge a este padrão de especialização temática é a sociologia. É, de facto, uma disciplina de quase todos os temas, do mercado de trabalho às identidades culturais, das políticas à escola, das mulheres e relações de género ao racismo, dos *media* aos fluxos migratórios. É também a sociólogos que se devem muitos dos retratos genéricos de populações migrantes e de populações ciganas.

Esta banda larga da sociologia resulta do seu património científico acumulado, em que a sociologia das migrações se destaca como subárea clássica. Mas tem também uma razão “demográfica”, que é o facto de em Portugal, como em muitos outros países, os sociólogos serem bastante mais numerosos do que os seus pares de outras ciências sociais. Por outro lado, também é certo que a percentagem de sociólogos que se dedica a este domínio de investigação é maior do que a dos investigadores de outras disciplinas onde o tema das migrações não tem a mesma tradição.

Em sentido inverso, há dois ou três temas que são de várias disciplinas. A escola, além dos cientistas da educação, tem atraído a atenção de sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais, o mesmo acontecendo com o tema dos descendentes de imigrantes ou o das mulheres e relações de género, que têm suscitado o interesse de investigadores dessas disciplinas e, ocasionalmente, de outras.

Registe-se, finalmente, um específico efeito de género no que se refere ao “quem estuda o quê?”. A maioria das disciplinas das ciências sociais, é sabido, está presentemente muito feminizada. É assim na sociologia, na antropologia, na psicologia social. Outras, como a economia ou o direito, onde os homens continuam a ser maioritários, têm visto crescer o número de mulheres nas suas fileiras. Por isso, pode dizer-se que o domínio da imigração e etnicidade, como muitos outros da investigação social, é um domínio feminino.

Mas o que é mais interessante notar, e esse é um padrão mais geral nas ciências sociais, é que a presença feminina não é igual em todos os temas. Em alguns deles, ela é esmagadora: 80% dos estudos sobre mulheres imigrantes, quase 80% dos estudos sobre escola e educação e mais de 70% dos estudos sobre saúde e doença foram feitos por mulheres. Também foram feitos quase só por mulheres os poucos trabalhos que tomam por objecto as famílias imigrantes e ciganas.

Como se investiga? Conceitos e pressupostos

A análise de uma agenda de investigação não se faz sem responder a outra questão: como se investigam os temas que constituem essa agenda? Mais concretamente, que teorias e conceitos são mobilizados para esse estudo? E com esta pergunta, vem outra, que a complementa: que pressupostos teóricos subjazem às teorias e conceitos utilizados?

Para responder a estas questões identificámos e contámos os conceitos chamados a título e subtítulo nos 836 trabalhos publicados entre 2000 e 2008. Conhecidos os conceitos mais utilizados e, por exclusão de partes, os menos ou nada utilizados, concluímos que há três pressupostos largamente presentes na investigação que tem sido feita em Portugal neste domínio.

No Quadro 6 podem ver-se os dez conceitos mais utilizados. À cabeça, com mais de 60 referências, e uma utilização estável ao longo dos anos, aparecem os conceitos de identidade, integração e político/política; acima das 50 referências, os conceitos de comunidade e étnico/étnica; em torno das 40 referências, os conceitos de cultura/cultural e cidadania; a fechar a lista, utilizados na ordem das duas dezenas de vezes, os conceitos de diversidade, associações/associativismo e transnacional/transnacionalismo.

O primeiro pressuposto subentendido nestas opções teóricas é o do comunitarismo dos imigrantes. Veja-se a frequência com que o conceito de comunidade é utilizado. De facto, as populações imigrantes, bem como os ciganos, são tomados frequentemente como comunidades, sem se considerar, na generalidade dos estudos, o verdadeiro significado do conceito e se ele se aplica efectivamente ao que se observa.

Quadro 6 - Investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal (2000-2008): os dez conceitos mais utilizados

Conceitos	Nº de referências
1. Identidade	65
2. Integração	62
3. Político/Política	60
4. Comunidade	55
5. Étnico/Étnica	50
6. Cultura/Cultural	43
7. Cidadania	37
8. Diversidade	24
9. Associações/Associativismo	22
10. Transnacional/Transnacionalismo	21

O pressuposto comunitário transporta consigo a noção de populações homogéneas e auto-centradas e impede de ver todas as formas e processos de diferenciação interna e externa em que os imigrantes estão envolvidos, incluindo aqueles que vêm da sociedade de origem e já estão presentes, portanto, à chegada à sociedade de acolhimento. Nesta concepção, todo o imigrante (ou cigano) é necessariamente membro de uma comunidade de iguais, o que, em última análise, significa que se lhes nega individualidade. Note-se que, ao mesmo tempo, o conceito de comunidade nunca é aplicado à população receptora.

O segundo pressuposto é o da cultura e identidade. Além de o conceito de identidade ser o primeiro da lista, se lhe juntarmos cultura/cultural, étnico/étnica e diversidade, temos uma densa rede de conceitos que formata muito do se tem publicado sobre imigração e etnicidade.

O pressuposto culturalista/identitário considera que as populações imigrantes têm mais cultura e identidade do que relações sociais e esquece que estas modificam aquelas. Esquece-se que os imigrantes se inscrevem necessariamente em novos quadros de relações sociais, no mercado de trabalho, na escola, em zonas de residência social e culturalmente heterogéneas, e olha-se para eles como se constituíssem colectivos (comunidades) simbólico-culturais que pairam acima desses quadros de relações sociais.

O terceiro pressuposto é o da imigração como problema e dos imigrantes como corpo à margem da sociedade. Por isso se utiliza tanto o conceito de integração,

bem como os conceitos que remetem para a esfera da regulação política: político/política, cidadania, associações/associativismo. Ou seja, integração e política para responder à imigração-problema e ao imigrante desintegrado. Esta rede de conceitos é tão ou mais influente do que a rede culturalista-identitária.

No cruzamento deste pressuposto com os outros dois, o comunitário e o culturalista-identitário, está uma visão da imigração e etnicidade que pode resumir-se assim: integrar os imigrantes como comunidades, mantendo intactas as suas culturas e identidades. É a fórmula breve do ideário multiculturalista, partilhado por muitos investigadores, que encontra eco nas autoridades públicas com intervenção neste domínio, e em cuja origem está uma boa ideia, a do respeito pela diversidade cultural.

Mas tal visão é um equívoco, que inclusivamente adultera essa boa ideia. Em primeiro lugar, porque supõe que cada imigrante adere sempre à comunidade, cultura, identidade, que dizem ser a sua. Ora, essa adesão pode não ser desejada pelo próprio. Ou será que a única opção de diversidade cultural que cada imigrante tem é a da dita “cultura de origem”?

Em segundo lugar, porque esquece que migrar é mudar. Nenhuma população imigrante, e nenhum imigrante individualmente considerado, ficam iguais ao que eram antes da migração porque, chegados ao país receptor, estabelecem necessariamente novas relações sociais e absorvem inevitavelmente novas referências culturais, que os transformam. E transformam tanto mais quanto as sociedades de acolhimento foram diferenciadas e dinâmicas, como muitas vezes são.

O que não se estuda, devia estudar e porquê?

Como se disse de início, uma agenda de investigação, por mais abrangente que seja, é sempre uma selecção de temas, perspectivas de análise, conceitos. Analisado o conteúdo das agendas de investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal, interessa agora ver o que tem ficado de fora delas e porquê.

Os que investigam o tema têm passado ao lado de certos processos sociais e de certos grupos de imigrantes. E trata-se de processos fundamentais para compreender como é que os imigrantes se integram na sociedade portuguesa. Quanto aos grupos esquecidos, todos eles têm significado sociológico. Alguns têm também significado quantitativo, pois são dos mais numerosos.

Vejamos primeiro os grupos que têm ficado fora da agenda, a que podemos chamar “grupos invisíveis”.

O primeiro conjunto de grupos invisíveis é o dos imigrantes da União Europeia, em particular os oriundos dos países da União a quinze. Dos 836 estudos publicados entre 2000 e 2008, apenas seis se referem a estes imigrantes. É caso para dizer, “europeus, esses desconhecidos”.

E, no entanto, os imigrantes da UE a quinze eram quase 90 mil em 2007, o que representava 20% do total dos estrangeiros. Não estamos a falar, portanto, de uma população insignificante, nem do ponto de vista quantitativo nem do ponto de vista qualitativo. Entre os quase 90 mil havia, nessa data, mais de 23 mil ingleses, mais de 18 mil espanhóis, mais de 15 mil alemães e mais de 10 mil franceses. Trata-se de imigrantes com perfis sociais particulares, o que é mais uma razão para que houvesse pesquisas sobre eles.

O segundo conjunto de grupos invisíveis é o das populações de migrantes económicos sobre as quais não recenseámos um só estudo. A invisibilidade científica pode dever-se ao facto de serem grupos mais pequenos, mas ainda assim estão longe de serem negligenciáveis. Contam-se entre eles os romenos (mais de 19 mil), os moldavos (mais de 14 mil) e os são-tomenses (mais de 10 mil).

O terceiro segmento de grupos invisíveis é o dos descendentes de outros imigrantes, que não os africanos. Os descendentes de imigrantes, vimo-lo atrás, constituem o grupo mais estudado de todos, se excluimos as pesquisas que se referem aos imigrantes em geral. Mas, com raras excepções, os estudos feitos tomam como objecto apenas os filhos de imigrantes africanos, em particular os filhos de cabo-verdianos.

Até certo ponto compreende-se que assim seja, na medida em que só as populações africanas têm dimensão e tempo de residência suficientes para que se tenham formado “segundas gerações” numerosas. Noutros grupos (brasileiros, ucranianos, etc.) as gerações de descendentes ainda estão em formação. São mais pequenas e constituídas apenas ou sobretudo por crianças.

Mas há um caso em que assim não é e, no entanto, permanece largamente desconhecido, tirando um ou dois trabalhos recentes. Trata-se dos descendentes de imigrantes indianos. Estes imigrantes, que se subdividem em várias categorias (goeses, hindus, muçulmanos) já estão em Portugal pelo menos desde o início dos anos 80 do século passado, vindos maioritariamente de Moçambique. Os seus filhos vieram em crianças ou já cá nasceram, cresceram em Portugal, muitos já estão a entrar na idade adulta, mas pouco ou nada se sabe sobre eles. A sua invisibilidade contrasta fortemente com a hiper-visibilidade dos filhos de imigrantes africanos.

O quarto e último caso de invisibilidade diz respeito a um só grupo – os angolanos –, mas merece uma chamada de atenção à parte. Há apenas 8 trabalhos sobre

eles, em 836, e nenhum faz o retrato abrangente que já tem sido feito, por mais de uma vez, para cabo-verdianos, brasileiros, guineenses e outros.

É incompreensível, dir-se-ia misterioso, que assim seja. Trata-se do quarto grupo imigrante mais numeroso em Portugal (mais de 30 mil pessoas); é oriundo da ex-colónia onde estava fixada a maior população portuguesa de todas as ex-colónias; essa ex-colónia tornou-se num país de referência no contexto africano, com o qual Portugal mantém relações privilegiadas; é um país para onde os portugueses continuam a emigrar, especialmente nos últimos anos.

Todas estas razões deveriam levar a que os angolanos em Portugal fossem um objecto de estudo frequente. Mas não o são. Porquê? Duas razões poderão estar na origem desse vazio de pesquisas, e mencionamo-las a título meramente hipotético: uma é que Angola é demasiado mítica para se tornar (ou os seus cidadãos) objecto de estudo por parte de investigadores portugueses; outra é que os imigrantes angolanos não serão suficientemente “exóticos” para que isso aconteça.

Relativamente aos processos sociais que pouco ou nada têm sido investigados, e que, contudo, são fundamentais em contexto migratório, distinguiríamos três conjuntos.

Um é o dos processos e trajectos de mobilidade social dos imigrantes. À medida que se prolonga o tempo de residência os imigrantes alteram a sua posição social ou mantêm-na? Sabendo-se que a generalidade dos migrantes laborais ocupa os postos mais desqualificados do mercado de trabalho, há vias de mobilidade ascendente que lhes permitam escapar a essa condição e ter promoção social ou não há? E como se coloca a questão para os filhos dos imigrantes: terão eles mais oportunidades de mobilidade do que os seus pais e mães? Que factores favorecem a mobilidade social intra e intergeracional e que factores a bloqueiam?

Estas são perguntas incontornáveis para quem quer estudar a integração de imigrantes numa sociedade de acolhimento. A relação entre trajectórias socioprofissionais e integração social não pode ser mais relevante, em termos analíticos. Mas tem estado praticamente fora da agenda de investigação nesta área. Basta dizer que o conceito de mobilidade social não aparece em nenhum título ou subtítulo dos 836 trabalhos que temos vindo a analisar.

Outro conjunto de processos importantes desconsiderado pelos investigadores é o que remete para a miscigenação racial e para a aculturação dos imigrantes na sociedade portuguesa. Ao fim de algumas décadas de imigração – os imigrantes africanos mais antigos já têm quarenta anos de Portugal – qual a expressão dos casamentos mistos? A população autóctone é permeável à miscigenação? E as populações imigrantes? E as formas de aculturação? Pode falar-se de aportu-

guesamento dos imigrantes? Considerando a crescente integração europeia de Portugal, poderá falar-se também de europeização dos imigrantes extra-europeus?

O terceiro conjunto de processos relevantes praticamente ignorado é que respeito à superação, ou pelo menos enfraquecimento, no contexto da sociedade receptora, de normas culturais e relações sociais de dominação de imigrantes por outros imigrantes, que podem assumir formas extremas de violação de direitos humanos, como é o caso da mutilação sexual de são vítimas mulheres guineenses muçulmanas. Essa dominação é generalizada nas relações de género. Muitas mulheres imigrantes, de origem africana ou asiática, tal como muitas mulheres ciganas autóctones, sofrem-na quotidianamente de várias maneiras e se reagem são ostracizadas pelas “suas comunidades”.

O estabelecimento de novas relações sociais e a exposição a novas normas culturais na sociedade de acolhimento favorecem a eliminação dessas práticas sombrias de algumas “culturas de origem”? Há percursos individuais de fuga e emancipação relativamente a essas formas de dominação interna?

Resta perguntar porque faltam os estudos sobre estes processos sociais fundamentais e sobre os grupos de imigrantes referidos? Os pressupostos que orientam a agenda de investigação sobre imigração e etnicidade, identificados atrás, explicam, quanto a nós, essa falta.

O pressuposto do imigrante-problema faz com que não se estudem os casos bem sucedidos, quer os dos grupos colectivamente bem posicionados na sociedade quer os dos imigrantes individuais que, pertencendo a populações de perfil globalmente desfavorecido, se afastam desse perfil. Que têm em comum ingleses, espanhóis, alemães ou franceses fixados em Portugal? Têm, regra geral, um estatuto socioeconómico médio ou alto, ou seja, são bem sucedidos socialmente.

E não são só eles. Vejam-se os brasileiros da chamada primeira vaga, chegados nos anos 90, maioritariamente com profissões intelectuais, científicas, técnicas e artísticas. Sabemos muito pouco sobre estes imigrantes. Como vimos no Quadro 5, os estudos sobre brasileiros só começam a intensificar-se na segunda metade da presente década, depois da chegada da “segunda vaga”, muito numerosa e formada por imigrantes menos qualificados e que ocupam posições subalternas no mercado de trabalho. Entre os bem sucedidos não estudados figuram ainda os segmentos de classe média e alta das populações oriundas dos PALOP. A invisibilidade destes últimos contribui, aliás, para a imagem social fortemente enraizada de que os imigrantes africanos se dedicam exclusivamente à construção civil, se forem homens, e ao trabalho doméstico e de limpezas, se forem mulheres.

O mesmo pressuposto do imigrante-problema, desqualificado e desfavorecido, faz com que também não se estudem os percursos individuais ou familiares de mobilidade ocorridos já no contexto da sociedade receptora. São casos tão ou mais importantes do que os anteriores. Os imigrantes europeus, os brasileiros mais antigos e parte das “elites” africanas entraram no país numa posição favorável. Os que possam ter conhecido mobilidade social ascendente em Portugal, partindo de posições socioprofissionais desvantajosas, ilustrarão melhor do que eles as oportunidades sociais ao alcance dos imigrantes.

Com tudo isto não queremos dizer que é irrelevante estudar os grupos de imigrantes em pior situação, seja em termos materiais seja do ponto de vista dos laços com a sociedade receptora. Eles são muitos e a questão da integração social é, para eles e para a sociedade portuguesa, um problema real e incontornável. Mas é igualmente relevante estudar os bem sucedidos e comparar uns com os outros para perceber os porquês da diferença. E isso não tem sido feito, à excepção de alguns estudos sobre empresários imigrantes.

O pressuposto do imigrante cultural-identitário, por sua vez, faz com que não se estudem relações sociais e os processos de identificação externos dos imigrantes, isto é, todas as dinâmicas sociais que vão para além do círculo da cultura e da identidade que se considera serem as deles. Por isso se descarta como objectos de investigação a miscigenação racial ou a aculturação.

Para aqueles que pensam que acima de tudo é preciso que as populações migrantes preservem intactas as suas culturas, toda a aculturação é uma adulteração e uma forma de dominação de uma minoria pela população maioritária. As saídas voluntárias de dentro desse círculo fechado, de que as práticas de aculturação e de miscigenação são bons exemplos, tornam-se analiticamente inconcebíveis à luz do pressuposto cultural-identitário.

O pressuposto do imigrante-comunitário, finalmente, faz com que não se estudem diferenciações, hierarquias e formas de dominação no interior das populações imigrantes. É como se essas populações não fossem diferenciadas, isto é, culturalmente heterogéneas; como se não tivessem estratificação social, com pessoas em posições mais elevadas e outras em posições mais baixas; como se não houvesse relações de dominação de uns imigrantes por outros.

O pressuposto do comunitarismo dos imigrantes faz também com que se lhes retire individualidade. Mais do que indivíduos, os imigrantes são membros indiferenciados de uma comunidade, pessoas que não existem para além dessa pertença primordial, que se quer que se mantenha e que se supõe que os próprios desejam manter incondicionalmente. Por isso não se estudam trajectos individuais de mobilidade social ou de emancipação cultural.

Uma ideia liminarmente excluída pelos dois últimos pressupostos é que as sociedades de acolhimento possam proporcionar ganhos culturais aos imigrantes. A presença de imigrantes nas sociedades de acolhimento é (pre)concebida como uma perda cultural, real ou potencial. As culturas imigrantes são culturas em risco e os imigrantes vivem sob stress identitário. À luz do princípio do respeito pela diversidade cultural, as culturas das populações migrantes são valorizadas em bloco. Mas, paradoxalmente, a cultura da sociedade de acolhimento torna-se numa excepção a esse princípio e é criticada e desvalorizada, também em bloco. É um caso de “multiculturalismo menos um”: quando o investigador identifica as culturas em presença, conta todas menos a de acolhimento.

E no entanto, como vimos, para muitos imigrantes, especialmente mulheres, é na cultura de acolhimento que pode estar a oportunidade de liberdade individual e de valorização pessoal, em ruptura com normas culturais e relações sociais intramuros que por vezes atingem extremos humanamente intoleráveis.

Propostas

Sendo certo que outras poderiam ser feitas com base na análise realizada, as propostas que aqui deixamos destinam-se, obviamente, a preencher os vazios que, do nosso ponto de vista, existem na agenda de investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal. Trata-se, simplesmente, de indicar como objectos relevantes os processos e os grupos que mostrámos estarem fora do campo de visibilidade dos investigadores, acrescentando-lhes o tema dos fluxos migratórios, que requerem, quanto a nós, estudos adicionais.

De facto, interessaria investigar em termos prospectivos como se configura a imigração para Portugal, a curto e médio prazo. Estará o país a deixar de ser atractivo para os imigrantes internacionais? Como interpretar o facto de imigrantes de países da Europa de Leste, mas não só, estarem a ir embora? Será que ultrapassada a actual crise económica mundial, e com a retoma esperável da economia portuguesa, a imigração voltará a intensificar-se? Passará a haver imigração de novas proveniências, por exemplo, do Norte de África?

Ainda no plano dos fluxos merecem estudo dois sistemas migratórios em particular: o sistema Brasil – Portugal e o sistema Angola – Portugal. As populações migrantes desses países são das mais numerosas. Os brasileiros constituem mesmo, presentemente, o grupo de maior dimensão. É possível que um número considerável de brasileiros e angolanos regresse à origem, estando em aberto, ao mesmo tempo, a chegada de novos imigrantes desses países. Por outro lado, há portugueses a ir para Angola e, embora em menor número, para o Brasil. É preciso saber mais sobre estes múltiplos fluxos, seus determinantes, modali-

dades e efeitos, sendo seguro que Angola e Brasil continuarão a ser por muito tempo elementos constitutivos básicos do sistema migratório português.

Relativamente aos grupos de imigrantes e aos processos sociais em que eles estão envolvidos em Portugal, é preciso estudar, em primeiro lugar, a mobilidade social. Que expressão tem? O que a favorece e o que a bloqueia? Ela é maior para os descendentes de imigrantes do que para os seus pais? Há dez anos dir-se-ia que era demasiado cedo para estudar o assunto, dado que o tempo de residência dos imigrantes era curto para avaliar, com propriedade, padrões de mobilidade social. Hoje esse tempo passou e temos imigrantes que estão a aproximar-se da saída do mercado de trabalho enquanto os seus descendentes já entraram nele. No que respeita aos africanos mais antigos, em particular, já é perfeitamente possível medir a mobilidade social, intra e intergeracional.

Particularmente importante será conhecer de perto os casos de mobilidade ascendente de longo alcance. Haverá muitos? Por que vias aconteceu essa mobilidade? Em que populações migrantes? Melhor do que outros, estes casos mostram os caminhos que estão disponíveis para que a imigração se transforme num projecto bem sucedido.

Em segundo lugar, em sobreposição parcial com a proposta anterior, propomos que se estudem as populações imigrantes, ou os segmentos delas, que têm posições confortáveis na sociedade portuguesa. Falamos dos imigrantes dos países mais ricos da União Europeia, dos brasileiros mais antigos e de perfil altamente qualificado, dos africanos de classe média e alta. Em suma, de todos os grupos que se afastam do pressuposto do imigrante-problema e que, por isso, é como se não existissem. Mas existem e é preciso conhecer a sua experiência migratória, em termos de recursos e subjectividades, de modo a que possamos compará-la com a dos migrantes em situações mais desfavorecidas, que são a maioria.

Na mesma linha, é necessário estudar comparativamente descendentes de imigrantes de diferentes origens. Em poucos anos, juntar-se-ão aos jovens descendentes de africanos, os únicos na agenda, outros segmentos juvenis oriundos da imigração, nomeadamente filhos de brasileiros ou de ucranianos. Serão as segundas “segundas gerações” e não faltarão investigadores para as estudar. Mas poder-se-ia investigar, entretanto, a situação social e o perfil cultural dos descendentes de indianos, seguramente diferentes das dos seus pares de origem africana mas que, ao contrário deles, permanecem totalmente invisíveis.

Finalmente, é preciso estudar as dinâmicas culturais da imigração, e dos imigrantes, em moldes mais amplos e multilaterais. Por definição, as dinâmicas culturais são modeladas pelos contextos de relações sociais onde decorrem. Em

sociedades culturalmente abertas, complexas e diferenciadas ainda é mais assim. Por isso, as culturas e identidades são hoje mais plásticas do que alguma vez foram. Não faz sentido, portanto, estudá-las como se evoluíssem em circuito fechado, dentro de supostas comunidades migrantes, nem faz sentido tomar como ameaça toda a influência cultural envolvente.

Nas sociedades de acolhimento os imigrantes envolvem-se em dinâmicas culturais múltiplas. Podem reproduzir características culturais de origem, mas também aculturar-se. A aculturação pode ser involuntária, no limite pode até ser imposta, mas também pode ser voluntária e desejada. Pode significar perda, e ser sentida como tal, mas também ganho. Quando a imigração significa mais liberdade, é seguramente sentida como ganho pelos que ficam mais livres. O apor-tuguesamento ou europeização dos imigrantes não significa obrigatoriamente dominação cultural, do mesmo modo que a sociedade portuguesa adquirir traços de africanidade (em várias conjugações) ou brasilidade não significa dominação cultural invertida.

A agenda da cultura e da identidade nos estudos sobre imigração e etnicidade tem de abarcar todos estes processos e não restringir-se a alguns deles, como até hoje tem acontecido.

Notas

¹ Fernando Luís Machado, Joana Azevedo e Ana Raquel Matias (2009), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2008)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, edição em CD-ROM.

² Ana de Saint-Maurice e Rui Pena Pires (1989), "Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10/11.

³ O facto de se ter celebrado, em 2008, o Ano Internacional do Diálogo Intercultural pode ter contribuído para aumentar o número de publicações nesse ano.